

PROGRAMA DE GOVERNO DA COLIGAÇÃO
“TODOS PELO PARÁ”

(PMDB, PT, DEM, PROS, PCdoB, PDT, PHS, PSL, PTN, PR, PPL)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1-PRINCÍPIOS

- Soberania Política do Pará
- Desenvolvimento Econômico, Solidário e Sustentável
- Protagonismo Popular
- Prioridades para as Demandas Populares
- Compromisso com a Democracia
- Respeito ao Meio Ambiente

2-VISÃO DE FUTURO

3-O PARÁ HOJE

4-LINHAS ESTRATÉGICAS DE AÇÃO

4.1. Social/Político – Bem Estar Social Direcionado às Políticas Públicas

4.1.1. Os compromissos com o enfrentamento da POBREZA CRÍTICA no Pará

Contextualização
Objetivo Estratégico
Programas/Ações

4.1.2. Os compromissos com a EDUCAÇÃO

Contextualização
Objetivo Estratégico
Programas/Ações

4.1.3. Os compromissos com a SAÚDE

Contextualização
Objetivo Estratégico
Programas/Ações

4.1.4. Os compromissos com a DEFESA, JUSTIÇA e SEGURANÇA dos paraenses.

Contextualização
Objetivo Estratégico
Programas/Ações

4.1.5. Os compromissos com a PROTEÇÃO AOS DIREITOS CIDADÃOS dos paraenses

Contextualização
Objetivo Estratégico
Programas/Ações

4.1.6. Os compromissos com a PROMOÇÃO E PRESERVAÇÃO DA CULTURA dos paraenses.

Contextualização
Objetivo Estratégico
Programas/Ações

4.1.7. Os compromissos com a PROMOÇÃO DO ESPORTE E LAZER dos paraenses.

Contextualização
Objetivo Estratégico
Programas/Ações

4.1.8. Os compromissos com a INFRAESTRUTURA SOCIAL dos paraenses.

Contextualização
Objetivo Estratégico
Programas/Ações

4.2. Desenvolvimento Econômico Solidário e Sustentável

4.2.1. Os compromissos com a SEGURANÇA E ESTABILIDADE JURÍDICA do setor produtivo paraense.

Contextualização
Objetivo Estratégico
Programas/Ações

4.2.2. Os compromissos com a COMPETITIVIDADE, DEMOCRATIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO do setor produtivo paraense.

Contextualização
Objetivo Estratégico
Programas/Ações

4.2.3. Os compromissos com o DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO para sua incorporação na base social e produtiva do Pará.

Contextualização
Objetivo Estratégico
Programas/Ações

4.3. Territorial e Ambiental – Orientação para a Gestão Regionalizada e Meio Ambiente Conservado e Adequado ao Desenvolvimento Sustentável

4.3.1. O compromisso com a INTEGRAÇÃO FÍSICA do território paraense

Contextualização
Objetivo Estratégico
Programas/Ações

4.3.2. O compromisso com a GESTÃO COMPARTILHADA E INTEGRADA do território paraense

Contextualização
Objetivo Estratégico
Programas/Ações

4.3.3. O compromisso com o MEIO AMBIENTE paraense

Contextualização
Objetivo Estratégico
Programas/Ações

4.4. Governança – Soberania Estadual Conduzindo o Desenvolvimento Sustentável do Pará, Privilegiando a Cooperação e as Parcerias entre os Diversos Poderes e as Instâncias dos Governos Federal e Municipais.

4.4.1. O compromisso com a implantação de um novo MODELO DE GOVERNO para o Estado do Pará

Contextualização
Objetivo Estratégico
Programas/Ações

4.4.2. O compromisso com a INTEGRAÇÃO POLÍTICA do território paraense

Contextualização
Objetivo Estratégico
Programas/Ações

4.4.3. O compromisso com o FUNCIONALISMO PÚBLICO paraense

Contextualização
Objetivo Estratégico
Programas/Ações

APRESENTAÇÃO

As propostas defendidas pela coligação “**TODOS PELO PARÁ**” que tem HELDER BARBALHO como candidato ao Governo, na forma do artigo 11 da Lei 9504/07 – Lei dos Partidos Políticos que apresentamos aos paraenses faz parte de um projeto de desenvolvimento para o Pará, onde ouvir a população é uma ação constante, na forma de gestão pensada para o Estado. De um lado, expressa o resultado do acúmulo de informações dos debates e consultas desenvolvidas pelo movimento “Queremos ouvir o Pará” realizado durante os anos de 2013-2014, pelo PMDB, ao qual foram acrescentados dados do IBGE, do IPEA, os relatórios da FAMEP - Federação de Associação de Municípios do Estado do Pará, realizados em 2011, o resultado das discussões com os partidos que compõem a coligação e o nível de implementação das políticas definidas e seu impacto para o desenvolvimento do nosso Estado.

A participação e principalmente o que foi relatado e proposto pela sociedade em geral, e por prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, secretários dos municípios, sindicatos e representantes de classe, nos deu a certeza de que o Pará merece políticas cada vez mais integradas e realizar projetos mais audaciosos que alcancem de maneira efetiva a diversidade regional do Estado mudando para melhor a qualidade de vida do povo paraense.

Os municípios, unidades federativas onde as pessoas vivem, trabalham, e circulam, querem participar não só dos resultados de políticas propostas, mas serem sujeitos do planejamento destas políticas. Assim, além de necessitarmos organizar formas e espaços institucionais que aprofundem o diálogo entre os cidadãos e o poder executivo estadual, essa interação também se faz necessária com o parlamento, em nível estadual e federal. Os problemas são vários, as soluções também. O nosso desafio será enfrentar tais obstáculos com uma visão de futuro que garanta uma sociedade solidária, um Estado integrado e desenvolvido com uma democracia sólida e justa.

É uma proposta com visão regionalizada do Estado do Pará, com soluções integradas e com objetivos demarcados e que foi construída em diálogo com cada Região e com a participação das pessoas e autoridades locais. Aqui constam as demandas estaduais de ações e programas que são de responsabilidade do Governo do Pará, mas que dialogam com sua população, com a agenda municipalista, contendo também as demandas para o Governo federal. É um marco na forma de construir políticas públicas, inovadora

ao inserir as pessoas e os diversos setores da sociedade paraense na formulação das políticas públicas no Pará.

Repito, o movimento “*Queremos ouvir o Pará*” foi a forma escolhida pelo PMDB e seus parceiros para construir um caminho de ideias que apontem para o futuro. Um novo tempo onde a mudança está tanto em novas prioridades quanto nos métodos de gerir o Estado. O movimento percorreu o Estado em encontros em todas as regiões e foi profundamente acolhido como momento de expressão, de sentimento de mudança e consolidação de uma consciência política que indica a necessidade de efetivar políticas públicas com objetivo de integração regional e responsabilidades sociais e ambientais, sintetizadas na manifestação escrita de milhares de pessoas.

Deste processo vivo de diálogo com os mais diversos segmentos do Pará, surge este futuro governo que já nasce tendo como referência fundamental para o seu povo, o que implica em seus compromissos programáticos e em uma gestão aberta ao Controle Social de sua gente, por reconhecer que é ela que constrói este Estado continental, cotidianamente na cidade e no campo, e que antes jamais havia participado da tomada de decisões sobre o que ela deva ser.

Este programa é, portanto, o compromisso a partir dos debates feitos com o povo e acima de tudo uma diretriz de governo, para construir no presente, esse futuro desejado, refletindo ainda as discussões nos Partidos – PMDB, PT, DEM, PROS, PCdoB, PDT, PHS, PSL, PTN, PR, PPL que compõem a nossa coligação “**TODOS PELO PARÁ**”.

Participaram também membros da Academia, inúmeros intelectuais, artistas, técnicos e pesquisadores que formaram grupos de trabalho que juntamente com as reuniões setoriais e fóruns - como os fóruns para o debate do Código Mineral, dos transportes, de políticas públicas de saneamento e gestão dos resíduos sólidos, de Segurança Pública, realizados em vários municípios, deram contribuições técnicas especializadas garantindo um patamar de elaboração elevado, observando a sustentação teórica, técnica e legal das propostas aqui contidas.

Levantamos um movimento que são os passos iniciais de um longo e democrático processo de discussão sobre o que queremos para o presente e para o futuro das cidadãs e cidadãos e do nosso Estado. A importância e atualidade do programa “Queremos ouvir o Pará” vem em contraposição a forma como está sendo governado o Pará quando já se teve

oportunidades de implementar mudanças e tirar o Estado do quadro de insegurança social¹, de educação de péssima qualidade², de uma saúde pública que não garante qualidade de vida para nossa população, e não foi feito.

Os desafios de governar o Pará são abissais. Nosso Estado com mais de 7.969.654 habitantes³, com graves problemas sociais, não tem sido capaz de alterar a situação de exclusão social que está submetido. De acordo com o IBGE, em 2012, mais de 25% da população paraense, isto é, mais de 2 milhões de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza – renda mensal inferior a ½ salário mínimo - e que são invisíveis aos olhos do atual governo estadual.

Este quadro é possível de ser mudado. Queremos uma cidadania plena, uma sociedade humanizada, onde os direitos sejam acessíveis a todos.

1.PRINCÍPIOS

- **SOBERANIA POLÍTICA DO PARÁ**

Por tudo o que escutamos nas reuniões que realizamos, não podemos ser mais um governo a assistir sem qualquer questionamento, projetos e políticas, como no passado longínquo, com o Ciclo da Borracha, e recente, com a Lei Kandir, que se demonstraram na prática, inadequados para nosso meio ambiente e nosso povo, no todo ou parcialmente.

Nosso projeto de governo está centrado na construção de uma ampla unidade política em torno de ações e projetos consensuais que façam nossas lideranças sociais, políticas, empresariais, parlamentares e governos municipais, em conjunto com o Governo do Estado, trabalhar em políticas, programas e projetos que de fato promovam, na prática, a melhoria da qualidade de vida de nossa gente. Somos Brasil com muito orgulho, mas é

¹ A insegurança pública que cerca a população do Pará tem seus efeitos violentos da crescente e celerada criminalidade. O Pará é o terceiro Estado do Brasil onde mais se mata com arma de fogo. E o mapa da violência 2013 aponta crescimento de 346% em óbitos. Na semana passada, fiz pronunciamento sobre o agravamento da violência e criminalidade no Pará.

² Dados recentes do Ministério da Educação mostram uma realidade assustadora a respeito das deficiências e fragilidades do ensino público no Pará, onde 66% estudam em condições precárias.

³ Dados do IBGE disponível no site <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pa>

nosso papel afirmar nossos interesses como unidade da federação com sua identidade e cultura próprias. Se não fizermos isso, ninguém mais poderá fazê-lo.

- **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO E SUSTENTÁVEL**

Entendemos que os problemas sociais e ambientais que vivemos, são resultado das escolhas políticas e econômicas que foram feitas com uma lógica conservadora, baseada na subserviência a interesses externos, na concentração de riqueza e poder e, exclusão social da maioria do povo. Portanto, estamos convictos, por tudo que vivemos e aprendemos coletivamente, que a solução para nossos problemas sociais e ambientais está em fazermos novas escolhas políticas e econômicas.

Neste sentido é que temos que pensar o desenvolvimento não como projetos estanques e isolados que não dialogam entre si, não dialogam com as economias locais e muito menos com a qualidade de vida das pessoas – tal como muitos foram concebidos originalmente. Precisamos de um desenvolvimento que seja produto de um novo cotidiano econômico da sociedade como um todo. Precisamos de um novo modelo de desenvolvimento pensado a partir não apenas do que podemos produzir, mas também sobre o que nosso povo precisa consumir para melhorar sua qualidade de vida – porque é assim que se transforma força econômica em felicidade.

Nesta direção é que precisamos aprofundar cada vez mais os fluxos das economias de escala, como a mineral e a do agronegócio, com as economias locais, particularmente com as economias de natureza popular e solidária, no campo e nas cidades, porque são elas que se fazem presente na vida da maioria das pessoas.

Assim como, entendemos que temos que articular com inteligência e inovação o setor industrial com o nosso potente setor de comércio e serviços, responsável por mais de 50% do nosso PIB e pelo emprego da grande maioria dos postos de trabalho, com uma capilaridade imensurável e adequada a nossa diversidade social e cultural, adaptando-se tanto aos grandes centros quanto às realidades, hoje periféricas, inclusive no meio rural, podendo ser a ponta de lança de uma alavancagem econômica e social, que com recursos relativamente reduzidos, poderá impactar positivamente a vida do dia a dia das pessoas nas comunidades, assentamentos, bairros e grandes centros urbanos, já no médio prazo.

Um novo modelo de desenvolvimento cujas estratégias se articulem “de dentro para fora e de baixo para cima”, gerando uma formação bruta de capital, sólida nos mais diversos estratos econômicos e sociais, movimentando fluxos econômicos importantes que por transbordamento induzido integre economias locais promovendo reais ganhos considerando a lógica do Desenvolvimento Humano, com o acesso a novos patamares de educação, saúde, saneamento, moradia, mobilidade, vida comunitária, consumo consciente, lazer, paz e felicidade.

- **PROTAGONISMO POPULAR**

Em nossa gestão criaremos as condições objetivas para o governo ser um espaço do diálogo, de possibilidade de mediação entre governo e sociedade. Resgataremos o acúmulo da experiência do governo descentralizado, do Planejamento Territorial Participativo que foram realizadas no Estado, para retomar o protagonismo popular. Reconstruiremos os fóruns populares de debate sobre o orçamento, políticas públicas, instrumentos normativos e de planejamento participativo.

- **PRIORIDADES PARA AS DEMANDAS POPULARES**

Na nossa gestão daremos prioridades para as demandas possibilitando que todos tenham efetivo acesso aos direitos sociais e as políticas públicas. Nossas prioridades são a garantia de qualidade de vida para população do Pará, a partir dos levantamentos feitos nas reuniões que indicam a necessidade de priorizar demandas nas áreas de saúde, educação, segurança e infraestrutura. O olhar da gestão deve centrar no acesso as políticas públicas visando à inclusão de setores da população, principalmente aqueles que vêm sendo excluídos do alcance dos serviços públicos por muitos anos, invisíveis aos olhos do governo atual.

- **COMPROMISSO COM A DEMOCRACIA**

Defenderemos a democratização cada vez maior do Estado através de mecanismos de participação do povo na elaboração das políticas do Estado, e de Controle Social. Defendemos a democratização:

- a) da riqueza e da renda, priorizando a economia popular e solidária;
- b) da cultura e da informação, incentivando a cultura popular regional, a informação como direito universal;

- c) dos territórios, ordenando e promovendo a reestruturação fundiária, realizando a demarcação e titulação de suas terras

- **RESPEITO AO MEIO AMBIENTE**

Pensaremos as políticas públicas do nosso governo sempre em diálogo com a sociedade defendendo a preservação produtiva da biodiversidade na floresta amazônica, primando pela sustentabilidade e garantias de uma política que permita a permanência das comunidades ribeirinhas e extrativistas no seu lócus natural com proteção social do Estado. Nossas políticas terão sempre como princípio a preservação da nossa identidade cultural e ambiental, que também serão elementos constitutivos dos projetos de desenvolvimento econômico, fazendo com que seus agentes também possam auferir oportunidades de crescimento e melhoria de qualidade de vida.

2. VISÃO DE FUTURO

Como já mencionado, esta proposta é concebida como um projeto ético-político de futuro, inspirada numa nova visão sobre o desenvolvimento do Estado, que permitirá redirecionar a atual tendência de aprofundamento da pobreza e da desigualdade social. Esta nova visão nos coloca em um futuro desejável, nos próximos 30 anos, e tenta responder, de forma criativa, as perguntas: que sociedade queremos? que lugar desejamos ocupar no contexto amazônico, nacional e global? que tipo de sociedade desejamos deixar de herança para nossas próximas gerações? As respostas a esses questionamentos nos obrigam não só a enxergar além da curva do caminho, senão ir além, onde não há caminhos conhecidos.

A visão proposta pelo Programa da Coligação “**TODOS PELO PARÁ**”, para ser debatida e enriquecida durante o debate eleitoral, fundamenta-se nos valores e princípios descritos anteriormente e nas grandes potencialidades e riquezas do Pará, recolhe as aspirações da sociedade paraense e com estas desenha um futuro que em todos os sentidos é o mais importante. O movimento “Queremos ouvir o Pará” teve esta responsabilidade de trazer para este programa, os questionamentos das diversas regiões do Estado, para que conjuntamente possamos resolver os problemas do Estado. O Governo da Coligação “**TODOS PELO PARÁ**”, trabalhando em conjunto com a sociedade, se propõe conduzir o Pará até:

- Uma sociedade equitativa, solidária e inclusiva, que respeite a cultura amazônica e sua diversidade, que resgate a vida como um bem supremo e inalienável.
- Uma nova economia produtiva, competitiva e diversificada, ambientalmente sustentável, inserida no contexto regional, nacional e mundial, que proporcione bem-estar para a sociedade como um todo, que distribua a riqueza e as oportunidades de forma democrática e que nos insira nas oportunidades do século XXI.
- Um território eficazmente ocupado em termos de equidade e sustentabilidade ambiental, com alta performance para liderar e capacidade de governar as questões relativas do desenvolvimento sustentável do estado do Pará.
- Uma cultura política renovada, fruto da interação Estado - sociedade, que através de um novo projeto cultural de região torne possível a construção de um Pará renovado, justo e democrático para uma nova sociedade paraense.

3. O PARÁ HOJE

O Estado do Pará, outrora a grande referência amazônica, sofreu com a integração física ao Brasil e foi, pouco a pouco, perdendo sua importância nesse processo. Os governos que se seguiram nesse intercurso não conseguiram dar ao Pará a relevância que já teve na Federação.

Foi desenvolvido um projeto da infraestrutura básica do Estado que não levou em consideração as características próprias da região e nem a cultura sócio-política local.

Todo o investimento realizado foi para poucos, redundando na grande disparidade social existente hoje no Estado, fazendo com que sua população não participe dos grandes ganhos econômicos obtidos a partir da espoliação de suas riquezas naturais.

A consequência é o impasse que hoje permeia a relação economia versus sociedade. Quanto maiores os resultados da primeira, piores as condições de vida da segunda, esse é o modelo concentrador e anacrônico de exploração das riquezas paraenses. Isto sem contar que a estrutura econômica atual é altamente predadora de recursos naturais não renováveis, não estando o Pará preparado para viver depois que essas fontes estiverem esgotadas.

O Pará merece ter o desenvolvimento de que necessita, o qual deve ser calcado em suas riquezas naturais, e coordenado por um governo forte, capaz de direcionar os investimentos para a formação de infraestrutura territorial, econômica e social, baseadas no desenvolvimento científico e tecnológico, na educação e na formação de capital social necessário para viver no mundo globalizado.

Atualmente estes são alguns indicadores do Estado do Pará:

- O Índice de desenvolvimento humano IDH-M: O Pará ocupa na pesquisa do PNUD/2010, o 25º lugar, perdendo 10 colocações em relação a pesquisa anterior de 2000, ou seja, atualmente somos o terceiro pior Estado no ranking. E quando se olha para as cidades, a paraense Melgaço, está em último lugar no ranking entre as 5.565 cidades pesquisadas.
- De acordo com o IBGE, na classificação das unidades federativas do Brasil por renda média per capita em 2010, o Pará encontra-se na 24ª posição entre os Estados brasileiros, à frente apenas de Alagoas, Piauí e Maranhão.
- Em relação ao PIB per capita, dados relativos a 2011, o Pará aparece na 20ª posição entre os Estados da Federação.
- A Educação do Pará é uma das piores do Brasil: segundo dados que constam no Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013, o Pará ocupa o 21º lugar no ranking de Estados com alunos matriculados no Ensino Médio de escolas em tempo integral. Os números disponibilizados pelo Ministério da Educação apontam que, em 2011, 1.901 paraenses se matricularam em escolas que disponibilizam Ensino Médio em turnos contínuos. Em Pernambuco, primeiro lugar no ranking, foram 70.085 alunos matriculados nessa modalidade de ensino em 2011. Na Região Norte, Amazonas (6º lugar), Rondônia (16º lugar) e Tocantins (17º lugar) estão à frente do Pará.
- Quanto à saúde pública, o Sistema Único de Saúde (SUS) presta os piores serviços do país em atendimento à população. O Índice de Desempenho do SUS (IDSUS), ferramenta que avalia o acesso e a qualidade dos serviços de saúde no país, criado pelo Ministério da Saúde, registrou no Pará, um dos piores índices de avaliação entre os Estados brasileiros. Belém é a segunda capital brasileira com os piores serviços, segundo o levantamento.
- Na Segurança Pública, o clima de insegurança afeta a todos os setores e regiões. Os dados revelam que o Pará no período 2002-2012 apresentou um crescimento de 175%

na taxa de homicídios. A ONU recomenda um policial para cada 250 habitantes, atualmente no Pará esse dado revela um policial para cada 538 habitantes. O Pará está entre os cinco Estados mais violentos do Brasil e Belém está entre as 30 cidades mais violentas do mundo de acordo com os dados divulgados pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes.

O Pará é um estado rico e com grande potencial, no entanto há um sentimento de exclusão e abandono, latente em todas as regiões do Estado, por isso instituímos o movimento “QUEREMOS OUVIR O PARÁ” onde vêm sendo ouvidos nas cidades os anseios e as perspectivas da população em todas as regiões do Estado.

4. LINHAS ESTRATÉGICAS DE AÇÃO

4.1. SOCIAL / POLITICO - BEM-ESTAR SOCIAL DIRECIONANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A proposta definida pela nossa Coligação assume o compromisso de promover a mudança para um desenvolvimento humano integral, equitativo e sustentável, a fim de melhorar de maneira permanente a qualidade de vida das pessoas, buscando o melhoramento contínuo da satisfação, tanto das necessidades humanas fundamentais (educação, saúde, segurança pública, justiça, habitação, segurança alimentar, cultura, esporte e lazer) quanto das associadas ao desenvolvimento pessoal e social. Para isso se tornar realidade, é necessário promover um novo acordo social, em que o governo e a sociedade trabalhem juntos no enfrentamento dos grandes problemas que afetam a qualidade de vida da população paraense, rompendo o círculo vicioso que perpetua a pobreza e concentra a riqueza.

4.1.1 OS COMPROMISSOS COM O ENFRENTAMENTO DA POBREZA CRÍTICA NO PARÁ

Contextualização

Enfrentar a pobreza crítica no Estado mediante a assistência integral às populações que se situam abaixo da linha da pobreza e da indigência, implantando e potencializando programas e ações que possibilitem às famílias e pessoas sair dessa situação de

vulnerabilidade e integrar-se ativa e produtivamente na sociedade. Para a proposta que defendemos a pobreza extrema é motivada por diversos fatores que limitam ou impedem as pessoas, as famílias e as comunidades de ter acesso a um patrimônio que lhes permita desfrutar de um nível de vida digno e sair de forma permanente de sua situação de vulnerabilidade. De forma mais específica, as classe menos favorecidas carecem dos seguintes tipos de capital:

Capital Humano: Abrange o nível de escolarização, as condições de saúde e nutrição e o treinamento que determinam a produtividade e o potencial para alcançar uma determinada renda.

Capital Empresarial: Abrange o capital financeiro, máquinas, instalações, know-how científico, tecnológico e mercadológico e demais ativos necessários para a implantação e gerenciamento de uma atividade produtiva.

Capital Físico: Abrange o acesso, saneamento básico, energia, infraestrutura de transporte, telecomunicações – elementos fundamentais para a inserção produtiva.

Capital Social: Abrange aspectos relacionados à estrutura familiar e ao grau de associativismo e de cooperação, essenciais para criar e fortalecer o trabalho comunitário e a ajuda mútua na superação das situações de vulnerabilidade.

Capital político-Institucional: Abrange o acesso a um sistema judicial imparcial, serviços públicos, segurança, sistema de solução de conflitos que sustentam a convivência pacífica e próspera.

Objetivo Estratégico

Melhorar o IDH do Pará, revertendo sua condição de Estado rico e população pobre, para Estado e população prósperos.

Programas/ Ações

- Diagnosticar as características da pobreza no Pará, identificando suas causas mais profundas e suas diferenças regionais e locais.

- Tornar o cadastro único estadual um instrumento de gestão do conhecimento sobre os beneficiários de programas sociais, com o fim de facilitar a identificação e seleção dos beneficiários e, também, a fiscalização tanto dos programas estaduais como federais.

- Ampliar e fortalecer os programas de distribuição de renda, em cooperação com os governos federal e municipais.

-Promover a ampliação das oportunidades de trabalho, reduzindo o desemprego e criando oportunidades de preparação profissional técnica e geração de renda para a população do Estado, com olhar atentos aos 2.041.000 milhões de paraenses que hoje se encontram abaixo da linha de pobreza, vivem com renda abaixo de ½ salário mínimo.

4.1.2. OS COMPROMISSOS COM A EDUCAÇÃO DOS PARAENSES

Contextualização

A escola é elemento essencial no processo de aprendizagem, todos nós sabemos. Mas também é importante observar que para se garantir o direito de aprender, é preciso que a escola esteja associada a outros espaços. A educação vai muito além da sala de aula. Ruas, parques, centros de convivência comunitária, organizações sociais, ambiente familiar e outros espaços têm o potencial de se tornar lugares de aprendizagem, onde crianças e jovens brincam, experimentam e descobrem o mundo.

Cabe à escola o papel de unir o saber escolar ao saber popular e comunitário e, dessa forma, ajudar seus alunos a se tornarem mais conscientes, participativos e capazes de entender e melhorar a realidade de suas famílias e comunidades. Mas ao governo cabe oferecer as condições adequadas para que a aprendizagem possa ocorrer de forma plena, o que é possível, a partir de espaços escolares que ofereçam boas condições de convivências, como estrutura física adequada e profissional da educação motivados. Entendemos que a educação plena e de qualidade exige também um compartilhamento com ações que envolvem a promoção do esporte e a criação de espaços de lazer.

O Estado do Pará, de acordo com os resultados do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que hoje é o principal indicador para medir a qualidade do ensino das escolas públicas, apresentou baixíssimos índices de aproveitamento escolar, tendo em 2011 o segundo pior índice de desempenho do país, com 2,8 da 3ª Série/ EM, só não perdendo para Alagoas. Além disto, ficou na 22ª posição entre os Estados brasileiros nos resultados obtidos da 8ª série /9º ano e ainda, a Rede Pública Estadual, apresenta altos índices de abandono e reprovação.

O Estado tem que assumir seu papel de liderança e ser o grande articulador da educação para todo o Estado. Educação como uma política pública de cidadania. O Estado deve ser ancora na interface com os municípios para direcionamento e assessoramento na

busca por soluções para melhoria da qualidade de ensino em geral, promovendo as oportunidades e quebrando as desigualdades.

A escola precisa ser um marco na vida das crianças, porque uma pessoa menos favorecida tem apenas a escola para ser o grande fator transformador de sua realidade.

A qualidade da educação pública constitui a principal referência para a criação do novo modelo de crescimento e desenvolvimento que estamos propondo para o nosso Estado, com oportunidades sociais para todos. O nível de escolaridade da população e a melhoria dos índices educacionais contribuem para redução das desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, cria as condições de competitividade necessárias para o Estado.

O desafio é enorme porque temos a convicção que além da necessidade elevação do nível de escolaridade da população e melhoria da qualidade do ensino do Estado é necessário avançar ainda mais através da preparação do cidadão para o trabalho.

A formação profissional da população representa uma condição importante para aumento da empregabilidade, ao mesmo tempo em que contribui para a melhoria da produtividade da economia e da qualidade dos produtos e serviços ofertados.

Diante das inovações tecnológicas que se aceleram e o nível de sofisticação dos processos produtivos, o trabalhador precisa receber uma formação profissional qualificada e de forma continuada para poder acompanhar as mudanças e exigências do mercado de trabalho.

Desta forma, nosso Programa de Governo está fundamentado na melhoria da qualidade do ensino com o objetivo de preparar o Estado do Pará para os desafios do futuro e melhorar a qualidade de vida da população. Mesmo já sendo uma agenda mínima absolutamente incompatível com a necessidade de investimentos e em descompasso aos anseios da sociedade paraense, a maioria das ações previstas na agenda mínima de governo não foram executadas ou simplesmente nunca existiram, como por exemplo, a proposta da UNITEC. O Governo atual não conseguiu executar, aquilo que anunciou que realizaria, deixou em completo abandono as ações de valorização da carreira docente e dos demais profissionais da educação e não melhoraram a qualidade da educação no Estado.

Objetivo Estratégico

Garantir um ensino básico de qualidade e a ampliação do ensino superior regionalizado a fim de possibilitar a inserção dos paraenses no mercado de trabalho.

Programas / Ações

- Melhoria e ampliação da qualidade do ensino básico com o propósito de adequá-lo às necessidades do novo padrão de desenvolvimento humano e equitativo.

- Reforma, reestruturação e ampliação do ensino técnico de nível médio e tecnológico superior para dar oportunidades de emprego e geração de renda aos nossos jovens e viabilizar o desenvolvimento e a modernização das cadeias produtivas permitindo o aproveitamento das potencialidades econômicas regionais e locais.

- Implantar centros de formação técnica e tecnológica por região a fim de atender as necessidades locais e aproveitar as potencialidades regionais.

- Criar um sistema de pesquisa e informação sobre o mercado de trabalho que permita articular a formação técnico-especializada com as necessidades de desenvolvimento do Estado e também a inclusão dos formandos no mercado de trabalho.

- Integrar as universidades e centros de pesquisa aos centros de formação técnico-especializada, a fim de realizar uma atuação conjunta e complementar de forma regionalizada, otimizando a infraestrutura, recursos humanos e conhecimentos existentes, permitindo o surgimento de um novo desenho de atendimento das necessidades do mercado de trabalho regional.

- Desenvolver novas metodologias de educação para atender as características físico-geográficas do Estado, entre elas a virtual, a semipresencial e a educação a distancia, tanto para o setor rural como para urbano e para jovens e adultos.

- Implantar no Estado Programa de reconhecimento da cultura da meritocracia, com esforço, trabalho e perseverança.

- Criar um sistema de educação que contemple as necessidades educacionais e culturais das populações indígenas e quilombolas do Estado.

- Promoção o ensino público inclusivo de qualidade para atender a todas as pessoas com necessidades específicas, através de ações como, adequação física da infraestrutura e dos equipamentos didáticos e paradidáticos para atender esse segmento.

- Complementar a formação dos profissionais de educação para que tenham capacidade e habilidade de atender pessoas com necessidades específicas.

- Promover a inclusão das famílias e comunidade nos processos educacionais das pessoas com necessidades específicas.

- Criar um sistema de educação que contemple as necessidades educacionais e culturais da população rural e da agricultura familiar do Estado, que inclua a criação de currículos e material didático em conformidade com as necessidades específicas da população rural amazônica e da produção rural do Estado.

- Promoção da ampliação, modernização e adequação do ensino superior no Estado, de forma a transformá-lo num instrumento de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população, através de ações como:

- Modernização e adequação dos currículos e criação de novos cursos para atender as necessidades tecnológicas e de desenvolvimento social, econômico e cultural das diferentes regiões do Estado.

- Expansão e ampliação da rede física da UEPA.

- Fortalecer o programa de interiorização da UEPA a fim de atender a grande demanda reprimida de educação superior em todo o território paraense.

- Promover a articulação efetiva do sistema estadual do ensino superior a fim possibilitar uma atuação conjunta e complementar de forma regionalizada, otimizando a infraestrutura, recursos humanos e conhecimentos existentes, permitindo o surgimento de um novo desenho de atendimento das necessidades do desenvolvimento do Estado.

- Articular com o Governo Federal a criação de novas universidades federais, no Marajó, Amazônia Tocantina e Nordeste do Pará.

- Promover ampla da participação política e estabelecimento de um diálogo permanente com as representações dos docentes e discentes do sistema de ensino do Estado.

- Melhorar a infraestrutura da rede física escolar através da ampliação de equipamentos, instalações e rede física; melhoria da estrutura física de áreas esportivas, lazer, laboratórios de ciências e informática e inovação nos recursos tecnológicos e pedagógicos.

- Implantar cultura e instrumentos para a melhoria da gestão escolar, através de mecanismos de avaliação que visam promover a criação de indicadores da educação estadual; sistema de avaliação de desempenho dos professores; definição de normas técnicas de controle de edificações escolares e o fortalecimento da gestão participativa em escolas públicas.

- Ampliar a oferta de ensino médio, com o atendimento a jovens e adultos do meio urbano e rural, de modo a aumentar o nível de escolaridade média da população.

- Desenvolver e valorizar os profissionais da educação através da qualificação permanente dos professores e implantação de um projeto que possibilite a cada professor ter seu computador, criando condições para o incremento de seu papel de educador.

- Debater a base curricular através da introdução de escolas em tempo integral com permanência dos alunos na escola e da inclusão na grade curricular de temas que incorporem as realidades regionais e demandas da atualidade.

- Combate ao analfabetismo no Estado, com prioridade para meio rural.

- Implantar sistemática que permita o aumento de recursos da arrecadação do ICMS (cota-parte) para os municípios que alcancem as melhores médias do IDEB, alterando os critérios de distribuição de competência estadual.

- Expansão da Educação Profissional e Tecnológica no Estado através do aumento do número de centros de formação e capacitação profissional continuada direcionada para a diversidade sociocultural do Estado, em parceria com o Sistema “S” (Senai, Senac, Senar e outros) para ampliação do ensino profissionalizante.

- Promover a capacitação profissional orientada para a demanda das cadeias produtivas e como preparação para as atividades econômicas do Estado.

4.1.3 OS COMPROMISSOS COM A SAÚDE/ SANEAMENTO DOS PARAENSES

SAÚDE

Contextualização

A agenda mínima do atual governo, para saúde que trazia 10 pontos, até o presente momento não cumpriu 20% das metas traçadas no início de 2011. As obras ficaram no papel e apenas agora, no ano eleitoral, uma parte delas começa a ser executada. Os atrasos na efetivação da agenda mínima com as obras não cumpridas tornam o Estado um dos piores em termos de cobertura da saúde pública no Brasil.

Outro fato que merece destaque é de que a agenda mínima não previu nenhuma ação ou investimento em ações de saúde primária, ou seja, o Estado deixou completamente de investir nas ações primárias ou saúde preventiva, realizou-se investimento zero em apoio às ações de atenção primária.

Objetivo Estratégico

Modernizar o Sistema de Saúde do Estado para garantir a humanização e democratização de todos os serviços de saúde que serão realizados de forma integral, contínua e personalizados, centrados na prevenção e na vigilância à saúde.

Programas / Ações

- Regionalização da gestão da saúde para garantir sua descentralização e adequação às particularidades de cada uma de nossas regiões e localidades.
- Expansão da capacidade de atendimento para garantir a universalização dos serviços integrais de saúde no Estado.
- Humanização e melhoria da qualidade na prestação dos serviços de saúde oferecidos no Estado do Pará.
- Apoio aos Conselhos de Saúde para que possam cumprir com suas atribuições no controle social da gestão da saúde no Estado.

- Atendimento em unidades especializadas, com prioridade para os grupos de risco: crianças, gestantes, idosos e dependentes químicos.
- Promoção da gestão integrada e participativa em saúde, através de formulação do Plano Estratégico Estadual de Saúde com a participação ampla dos municípios, dos profissionais da saúde, das universidades, das instituições públicas e, em geral, das organizações da sociedade civil.
- Apoio à realização de conferências municipais, regionais e estaduais de saúde.
- Implantação integral dos sistemas de informação e vigilância em saúde de competência do Estado, tais como: SIASUS e SIH/SUS.
- Implantação de Policlínicas para uma política de fortalecimento da cobertura de serviços de saúde, complementando a rede hospitalar municipal para que atue em conjunto com a rede de hospitais de média e alta complexidade.
- Expandir a Rede de Hospitais Regionais de média e alta complexidade.
- Priorizar o atendimento da saúde por meio dos programas de atenção básica.
- Garantir o repasse para os municípios do incentivo para recuperação e manutenção das unidades de saúde descentralizadas;
- Assegurar o repasse regular de recursos a todos os programas de saúde que exijam a contrapartida do Estado.
- Ampliar a oferta de equipamentos para prevenção, diagnóstico e tratamento de câncer, doenças renais, cardiológicas, diabetes, dentre outros nas regiões do Estado.
- Aumento do incentivo para políticas públicas voltadas para os quilombolas, indígenas, nos PSF's.
- Criação de um Plano de Cargos Carreira e Salários em nível estadual para os profissionais da área da saúde.
- Implantar Programas Regionais de Reabilitação dos dependentes químicos, priorizando jovens e adolescentes.
- Promover campanhas de combate às endemias nas áreas rurais principalmente.
- Implantar política de saúde diferenciada para a região do Marajó, considerando seu índice de desenvolvimento humano-IDH.

SANEAMENTO

Contextualização

De acordo com a Pesquisa de Saneamento Básico 2008-IBGE, a média nacional de domicílios atendidos por rede geral coletora de esgoto é de 44,0%, mas no Pará este percentual é de 1,7%, apenas. Com este resultado estamos na penúltima posição no comparativo com os Estados da federação, apresentando índice melhor apenas em relação a Rondônia. Ainda segundo esta mesma pesquisa, apenas 6,3% dos municípios paraenses possui rede coletora de esgoto. No ranking comparativo das Unidades da Federação, o Estado mais uma vez encontra-se na penúltima posição, acima apenas do Piauí.

No que se refere a esgoto sanitário esta situação piorou de 2008 pra 2014, tendo em vista a redução do índice de cobertura do serviço, ou seja, não estamos conseguindo atender nem o crescimento populacional. A falta de saneamento básico é um problema grave porque afeta diretamente a saúde da população paraense que acaba por contrair e transmitir doenças. Essa deficiência de infraestrutura influencia nos índices de mortalidade infantil e na longevidade da população.

A falta de saneamento repercute também na economia do Estado por reduzir a produtividade do trabalhador, impactar o aprendizado de crianças e jovens, além de afastar o interesse turístico nas cidades que apresentam despejo de esgoto e ausência de água encanada.

Objetivo Estratégico

Reverter o quadro de déficit no saneamento e estabelecer estratégias para ampliar o acesso à água e ao esgotamento sanitário garantindo uma maior eficácia do sistema de abastecimento e esgotamento, realizando investimentos no setor em todo o Estado, viabilizando recursos buscando operações de financiamento interno e externo.

Programas / Ações

- Ampliar e melhorar os sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e coleta e destinação de resíduos sólidos na área metropolitana e nos centros urbanos de médio e grande porte.

- Implantar projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios que apresentam os mais elevados níveis de pobreza do Estado, com a finalidade de melhorar as condições ambientais e da saúde da população.
- Implantar projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas comunidades rurais do Estado.
- Implantar projetos, em coordenação com os municípios, de coleta e destinação final de resíduos sólidos, visando à eliminação dos lixões e da contaminação ambiental, incentivando o tratamento adequado em aterros sanitários.
- Modernizar institucionalmente a área do saneamento básico, através da revisão do modelo institucional vigente, do aumento da eficiência e da capacidade de investimento e do fortalecimento dos instrumentos de regulação e controle.

3.1.4 OS COMPROMISSOS COM A DEFESA, JUSTIÇA E SEGURANÇA DOS PARAENSES

Contextualização

A proposta defendida buscará aplicar uma abordagem integral aos problemas de segurança pública e conflito social, reconhecendo a complexidade de suas manifestações nas diferentes localidades e regiões, e a necessidade de que o respeito à vida, à dignidade, à cidadania e à liberdade de todos os paraenses se constituíam nos princípios que propiciem condições para a segurança e convivência social.

No Pará a violência tem feito milhares de vítimas, causando a morte de milhares de jovens, a principal causa de mortalidade dessa faixa etária. De acordo com o Documento Mapa da Violência 2013 distribuído pela Secretaria Nacional da Juventude, no Pará do total de mortes de jovens de causas não naturais, 49,2% morreram por homicídios, seguido de 13,2% por transporte e 2,0% por suicídios. O percentual de mortes de jovens por homicídio é o maior de toda a Região Norte, ficando atrás apenas de Rondônia.

Diante deste quadro, o Estado, que tem como dever proteger a integridade física e patrimonial da população, deve dar respostas claras à sociedade de como vai combater a violência, divulgando as ações de repressão e prevenção adotadas,

envolvendo a comunidade nas decisões e principalmente como forte aliada nesta batalha.

Garantir o acesso oportuno e democrático à defesa, justiça e segurança cidadã, com o propósito de superar os graves problemas de convivência e segurança da população paraense, profundamente afetada pelo agravamento do conflito e da exclusão social, que atenta não somente contra a qualidade de vida da nossa população, como também gera impedimentos ao desenvolvimento humano integral.

Nosso governo, coerente com os princípios que fundamentam as propostas da coligação **“TODOS PELO PARÁ”**, buscará aplicar uma abordagem integral aos problemas de segurança pública e conflito social, reconhecendo a complexidade de suas manifestações nas diferentes localidades e regiões, e a necessidade de que o respeito à vida, à dignidade, à cidadania e à liberdade de todos os paraenses se constituíam nos princípios que propiciem condições para a segurança e convivência social.

Objetivo Estratégico

Garantir o acesso oportuno e democrático à defesa, justiça e segurança, com o propósito de superar os graves problemas de convivência e segurança da população paraense, profundamente afetada pelo agravamento do conflito e da exclusão social, que atenta não somente contra a qualidade de vida da nossa população, como também gera impedimentos ao desenvolvimento humano integral.

Programas / Ações

- Aumento do efetivo de servidores da área de segurança pública.
- Implantação de um sistema de gestão por metas dos indicadores estratégicos de criminalidade por meio de meritocracia aos policiais que alcançarem os resultados em relação à redução de número de ocorrências criminais, tais como: latrocínio, homicídios, roubo de automóveis, dentre outros.
- Ampliação do vídeo monitoramento na Região Metropolitana de Belém e nas demais regiões do Estado, prioritariamente nas áreas com maiores ocorrências.
- Melhorar a qualidade e efetividade no processo de apuração das ocorrências.
- Otimizar o processo de comunicação e registros de ocorrências, com humanização e redução do tempo de espera no atendimento à população.

- Implementar políticas públicas voltadas para o combate e repressão ao tráfico de drogas.
- Implantar Centros Integrados de atendimento às mulheres vítimas de violência.
- Implantar Centro Integrado de Formação Profissional.
- Implantar em todas as Regiões do Estado, Delegacias com atendimento especializado a mulher, criança e adolescente.
- Implementar ações de combate contra o abuso e exploração sexual contra a criança e adolescente;
- Elaborar e implantar um Plano Regional de Defesa Civil.
- Definir regras claras para ascensão/promoção funcional.
- Integrar o Poder Executivo, Judiciário e Legislativo visando à formação de um núcleo de gerenciamento que proponham e desenvolvam atividades relacionadas à segurança dos cidadãos.
- Fortalecer e valorizar as Corregedorias, Ouvidorias e demais instituições que atuam no controle social do sistema de segurança pública junto à sociedade.
- Buscar a participação ativa da sociedade, para que os órgãos de segurança do Estado, os municípios, as comunidades e demais organizações da sociedade trabalhem em conjunto na prevenção, na educação e na persuasão, em vez da simples repressão aos atos que atentam contra a segurança e a convivência social dos paraenses.
- Valorizar os servidores da área de segurança englobando aspectos de atração, retenção e motivação e proposta de uma política salarial para as polícias, com revisão da jornada de trabalho e produção de um plano de recrutamento seleção e formação.
- Regionalizar e descentralizar, de forma que as ações de prevenção e enfrentamento dos problemas de segurança e convivência respondam às características e necessidades de cada uma de nossas regiões e municípios.
- Priorizar a integralidade e prevenção, para que as ações de resposta à violência e ao crime estejam articuladas com as demais políticas que visam o melhoramento da qualidade de vida da população.

4.1.5. OS COMPROMISSOS COM A PROTEÇÃO AOS DIREITOS CIDADÃOS DOS PARAENSES

Contextualização

Tradicionalmente, os programas que atendem aos grupos vulneráveis são assistencialistas e consideram estes indivíduos como pacientes. Esta visão reforça o

paternalismo e deixa as responsabilidades só para o Estado. As famílias se desentendem quanto aos cuidados com seus filhos porque o Estado assume esta responsabilidade. Propomo-nos trocar este modelo de intervenção. Consideraremos as pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, não como simples receptores passivos de benefícios, mas sim como seus próprios agentes de mudança e transformação e com capacidade para se organizar e participar ativamente na superação de seus problemas e da sua comunidade. Os grupos de jovens, de mulheres, da terceira idade e das pessoas com necessidades específicas são claros exemplos das possibilidades que se abrem através da organização, da participação ativa e da mútua ajuda.

Atualmente, os programas e políticas que atendem aos menos favorecidos são fragmentados e dispersos, sendo mais responsabilidade da esfera de Poder Federal que Estadual ou Municipal o que dificulta a remoção das principais causas da vulnerabilidade e da extrema exclusão. Para enfrentar essas deficiências, pretende-se trabalhar coordenada e articuladamente nas áreas de saúde, educação, recreação, capacitação, superando a excessiva fragmentação das estruturas organizacionais e a pulverização de responsabilidades das quais resultam por vezes a desintegração de famílias, por problemas individuais.

Também entendemos como indispensável as parcerias com as instituições religiosas, centros sociais e comunitários e demais organizações sociais para implementar de forma efetiva as ações de proteção social.

O enfrentamento à discriminação e à intolerância deve unir-se à cidadania na conformação de grupos e organizações para combater o problema, organizar redes, demonstrar solidariedade com as vítimas da intolerância e, em geral, para unir todos aqueles desejosos em pôr fim a esse estado de coisas.

Objetivo Estratégico

A Coligação “**TODOS PELO PARÁ**” se propõe atuar decidida e renovadamente no enfrentamento dos problemas que afetam aos grupos mais vulneráveis e excluídos da população. O objetivo é remover os obstáculos que impedem a população mais pobre de ter acesso às oportunidades que lhes possibilitem melhorar sua qualidade de vida e incluir-se ativamente à vida social e produtiva, inclusive através do cumprimento das normas em relação ao co-financiamento pelo Estado das ações de proteção social.

Programas/Ações

Pessoas com necessidades específicas

- Atenção às pessoas com necessidades específicas, por meio do reforço dos programas de sensibilização e prevenção sobre a deficiência dirigida às escolas, universidades, empresas e à sociedade em geral.
- Criação de programa para melhorar a capacitação técnica e a integração das pessoas portadoras de deficiência a atividades produtivas. Para isso trabalhar-se-á com a empresa privada, com o fim de oferecer a essa parcela da população oportunidades reais de inserção no mercado de trabalho.
- Fortalecimento dos programas de acessibilidade nas áreas públicas e privadas, coordenando as várias ações federais e municipais para este fim.

Crianças

- Integrar as ações de educação, esporte e lazer, cultura, saúde e proteção social de forma a garantir o desenvolvimento pessoal, social e ambiental, como também preparar melhor os membros desta faixa etária para as fases posteriores da sua sociabilização.
- Fortalecimento dos programas de prevenção em saúde, especialmente os dirigidos a crianças e adolescentes.
- Monitoramento em especial aos programas de vacinação e controle dirigidos às comunidades mais pobres e populares.
- Monitorar em cooperação com o Governo Federal e os Municípios o cumprimento da legislação relacionada ao combate do trabalho infantil.
- Fortalecimento nutricional e o combate à desnutrição visando a melhoria da qualidade de vida.

Jovens

- Investir na formação de jovens que produzam conhecimento e tecnologia na região de forma a promover desenvolvimento e inclusão social.
- Institucionalizar políticas que assegurem o ingresso de jovens no mercado de trabalho particularmente na busca do primeiro emprego, inclusive a retomada da Bolsa Trabalho.

- Proteção Social aos jovens, criando mecanismo de enfrentamento das situações da violência e exploração sexual, tráfico humano e consumo de drogas.
- Instituir políticas que assegurem a reinserção sócia produtiva dos jovens egressos do sistema penal.
- Fortalecer os programas de prevenção e atenção ao dependente de drogas e ao alcoolismo. Para isso, serão reforçados os programas de educação nas escolas e colégios e o controle do comércio de drogas ilícitas nas instituições educativas.
- Promover e apoiar organizações juvenis que permitam a vinculação dos jovens a atividades recreativas, culturais e produtivas.
- Fortalecer os programas integrais de reabilitação do jovem de rua nas áreas de saúde, educação, recreação, esporte e cultura.

Mulheres

- Fortalecer os programas de capacitação e formação técnica integral para as mulheres chefes de lar e em situação de risco.
- Apoiar e promover iniciativas de organização das mulheres com o objetivo de melhorar suas condições nas áreas de educação, saúde, lazer, cultura e integração produtiva.
- Fortalecer os programas de prevenção e atenção em saúde em aspectos como atenção materna, prevenção do câncer de mama e útero, controle da natalidade, educação sexual e prevenção das DST/AIDS.
- Fortalecer programas de prevenção e atenção da violência intrafamiliar.

Pessoas da Terceira Idade

- Fortalecer os grupos da terceira idade, os quais se constituirão no centro das ações integrais de bem-estar, como saúde, capacitação, saúde ocupacional, recreação e cultura.
- Estimular a criação e fortalecimento dos programas de integração em atividades produtivas para pessoas maiores de 65 anos, especialmente de estratos mais pobres.
- Apoiar os municípios e os grupos da terceira idade na realização de trabalhos, como por exemplo, o cuidado, a vigilância e o manejo de zonas verdes e parques e a realização de atividades culturais em escolas ou centros comunitários com o fim de melhorar as relações entre as gerações.

4.1.6 OS COMPROMISSOS COM A PROMOÇÃO E PRESERVAÇÃO DA CULTURA DOS PARAENSES

Contextualização

O investimento em cultura, de acordo com estudos elaborados pela UNESCO tem forte impacto positivo nas populações menos favorecidas, portanto cabe ao poder público investir e comprometer-se seriamente com esta área, promovendo as atividades artísticas e culturais como instrumento de fortalecimento da identidade do nosso povo, e melhora da autoestima da população.

Se analisarmos a atuação do Poder Público do Estado na área da cultura em relação aos valores investidos, veremos que em 2013, de acordo com o Balanço Geral do Estado, foram investidos apenas 0,7% do total de investimentos executados.

Aliado a isso se registra ainda a ausência de uma política cultural no Estado que estimule a produção artística independente e de qualidade, com base nas raízes do nosso povo.

Precisamos de uma política cultural democrática, com destaque para a interlocução com artistas, produtores e comunidade, que amplie a oferta e a difusão de atividades culturais. A participação popular em fóruns regionais é imprescindível para a construção de um novo Plano Estadual de Cultura para o Estado.

Objetivo Estratégico

Promover a valorização, democratização e a afirmação da cultura como um instrumento fundamental ao desenvolvimento humano integral do paraense. Pela nossa proposta a cultura será tratada como uma abordagem transversal a todas as ações de Governo, sendo entendida como estratégia para a inclusão social, o desenvolvimento local e regional, a promoção da autoestima do cidadão, do empreendedorismo e para a afirmação da identidade do povo paraense.

Programas / Ações

- Ampliar o resgate da memória da Cultura Paraense, com o intuito de conhecer, reconhecer, preservar, promover e requalificar nosso patrimônio cultural material e

imaterial que por sua relevância e valor histórico seja referência para nossa identidade cultural.

- Promover as expressões artísticas e culturais apoiando sua criação, produção e difusão mediante a capacitação, o melhoramento e a ampliação dos equipamentos culturais e o fomento às diversas áreas de expressão cultural do Pará.
- Implantar programa de cultura regional para desenvolver, de forma compartilhada com os municípios, organizações folclóricas e culturais e demais instituições públicas e privadas, ações que visem identificar, conhecer e valorizar nosso folclore e cultura.
- Formulação de programa de desenvolvimento audiovisual apoiando a produção, resgate e difusão de produtos audiovisuais que contribuam na afirmação cultural e na promoção do patrimônio cultural, ambiental e paisagístico do Pará.
- Criação e promoção de roteiros integrados para a cultura e turismo.
- Levantar, identificar e registrar os atrativos, serviços e equipamentos turísticos e culturais existentes nos municípios, como instrumento base de informações para fins de planejamento e gestão da atividade turística cultural da região.
- Calendário de eventos para as diversas regiões do Estado, a fim de promover a identidade regional.
- Melhores investimentos na sinalização turística da região e ampliação de investimentos em infraestrutura e equipamentos turísticos e culturais;
- Inserir na construção de políticas públicas em âmbito federal, o custo Amazônico, visando tratamento diferenciado para o ônus de se fazer cultura e turismo na região;
- Investimento em políticas públicas de cultura como ação preventiva para a segurança pública, saúde, educação.
- Defender a inclusão de programas e orçamentos específicos para investimentos no calendário turístico dos municípios por parte do MTUR/MINC e Governo do Estado, considerando as principais festas municipais, como carnaval, aniversário dos municípios, festivais juninos e festas de fim de ano.
- Criação de escritórios regionais de apoio à capacitação de produtores culturais do Estado visando a facilitação ao acesso as verbas disponíveis.
- Democratizar e simplificar o acesso aos recursos financeiros destinados ao fomento da cultura através de editais.

4.1.7 OS COMPROMISSOS COM A PROMOÇÃO DO ESPORTE E LAZER DOS PARAENSES

Contextualização

A promoção de oportunidades para o esporte e lazer deve ser considerada parte integral do desenvolvimento do bem-estar comunitário e da construção de uma sociedade mais equitativa, e podem contribuir para ajudar a aumentar a auto estima dos cidadãos, reforçar os laços de solidariedade e civismo da comunidade, incrementar a interação social, melhorar e manter saudável a população, como também gerar emprego e proporcionar às crianças e aos jovens acesso a atividades interessantes, que possam ajudá-los a resistir à tentação das drogas e da delinquência.

A participação em atividades esportivas fomenta o trabalho em equipe, contribui para a formação de uma ética de imparcialidade, cria um espírito de disciplina e um sentido de pertencimento. As pessoas que praticam esportes e realizam atividades de lazer apresentam uma maior propensão a desempenhar um papel ativo na sua comunidade.

Objetivo Estratégico

Promover uma adequada valorização e apropriação do esporte e lazer como fatores que contribuem para o desenvolvimento humano integral, pois as atividades esportivas, de recreação, de entretenimento e de ocupação do tempo livre (como teatro, música, práticas desportivas) têm um papel preponderante na luta contra a exclusão social.

Programas / Ações

- Estimular e patrocinar projetos esportivos regionais em conjunto com os municípios, potencializando a vocação esportiva local.
- Otimizar a utilização da infraestrutura de praças, parques, quadras e outros espaços públicos existentes.
- Construir centros de referência desportiva regionalizados, dotados de infraestrutura física, equipamentos e acompanhamento profissional adequado.
- Apoiar o esporte amador e profissional, por meio de investimentos nos equipamentos esportivos e na melhoria de ambientes comunitários adequados a prática do esporte e lazer.
- Implantar programa de desenvolvimento de esporte escolar e rendimento, visando assegurar o acesso à prática esportiva na rede de ensino estadual identificando novos talentos.

- Elaborar política de estímulo ao esporte de alto rendimento com a participação do setor privado, visando à preparação e participação de atletas paraenses de alto nível em competições nacionais e internacionais.
- Reforçar, ampliar e regionalizar os jogos olímpicos e paraolímpicos estaduais.
- Institucionalizar e ampliar os jogos estaduais indígenas e criar jogos de integração das populações tradicionais.

4.1.8. OS COMPROMISSOS COM A INFRAESTRUTURA SOCIAL DOS PARAENSES.

Contextualização

As condições de habitabilidade, salubridade e legalidade das moradias é entendida como condição básica para elevar a qualidade de vida do cidadão. A elas deve ser dado o status de política pública, com prioridade às áreas em situação de maior pobreza, risco e vulnerabilidade, como direito de cidadania e dever do Estado.

Objetivo Estratégico

Implementar programa que tenha como objetivo melhorar a qualidade das moradias, regularizar a propriedade e promover o remanejamento de áreas de risco.

Programas e Ações

- Coordenar com os municípios a realização e implementação de ações de regularização fundiária beneficiando especialmente a famílias de baixa renda, através do mapeamento, levantamento topográfico, cadastro e medidas jurídicas.
- Remanejar as famílias ocupantes de áreas de risco, através da identificação das áreas disponíveis.
- Promover projetos habitacionais e de loteamentos populares, a fim de melhorar as condições de habitabilidade das famílias de baixa renda, através do cooperativismo, da participação das comunidades beneficiadas, da formulação e execução de projetos habitacionais e do loteamento de interesse social.
- Ampliar os mecanismos que permitam às famílias o acesso aos materiais de construção, por meio da organização comunitária, do estabelecimento de convênios com entidades públicas e privadas e do acesso às tecnologias alternativas.

4.2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO SUSTENTÁVEL

Mobilizar o setor produtivo e a sociedade na construção de um novo modelo de desenvolvimento econômico solidário e sustentável, que implica rever a estrutura produtiva e de consumo do Estado paraense, para que sejam instrumentos de melhoria das condições de vida da população. A questão central é fazer com que o modelo produtivo do Estado seja redistributivo, moderno, diversificado, atraia novos investimentos e aproveite de forma eficiente, racional e sustentável, os recursos ambientais e as riquezas naturais do Pará. Para tanto, é necessário mobilizar as regiões e suas comunidades para a construção de um modelo de desenvolvimento fundamentado na democracia econômica, na equidade social, no equilíbrio territorial e na sustentabilidade ambiental; orientado a recuperar a dignidade do trabalho de todas as artes, ofícios e profissões, com o propósito de gerar riqueza e bem-estar para todos.

4.2.1 OS COMPROMISSOS COM A SEGURANÇA E ESTABILIDADE JURÍDICA DO SETOR PRODUTIVO PARAENSE

Contextualização

A ausência da gestão estadual no enfrentamento das questões fundiárias, ambientais e produtivas tem repellido novos investimentos e a fuga do capital produtivo aqui já instalado, inobstante a potencialidade de recursos naturais existentes e os fatores locacionais que representam vantagens comparativas pela proximidade aos principais mercados internacionais.

Objetivo Estratégico

Promover a atração de novos investimentos necessários ao desenvolvimento sustentável do Estado e manutenção dos investimentos já realizados.

Programas e Ações

- Afirmar uma postura política ativa ante os projetos federais e externos sobre o território paraense, a fim de resgatar a governabilidade do Pará sobre os seus próprios interesses.
- Fortalecer o aparato institucional e reestruturar a base legal através do redesenho e modernização dos órgãos e políticas estaduais relacionados às questões tributárias, fundiárias, ambientais, minerais, industriais e agropecuárias.

- Implantar efetivamente o zoneamento econômico ecológico do Estado com o propósito de promover o ordenamento territorial através da definição das áreas que devem ser preservadas e aquelas que podem ser exploradas sustentavelmente de acordo com suas potencialidades, vocações e necessidades regionais.

- Desburocratizar a legalização e licenciamento das atividades econômicas.

- Estabelecer política de incentivos fiscais claras, prioritariamente para negócios de impacto direto na qualidade de vida da população.

- Articular Fórum Econômico Social Estadual com a presença de todos os grandes empreendimentos em operação e/ou implantação para entendimentos de alto nível com a participação de expressões acadêmicas e sociais.

- Estabelecer uma política de compras governamentais que incentive a economia local.

4.2.2 OS COMPROMISSOS COM A COMPETITIVIDADE, A DEMOCRATIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DO SETOR PRODUTIVO PARAENSE.

Contextualização

A elevação da competitividade e da diversificação exige o trabalho conjunto do Governo do Estado, dos municípios e dos setores produtivos da economia para criar as condições de um ambiente propício à inovação, com o aproveitamento das potencialidades e riquezas do Pará de forma sustentável e democrática. Este ambiente deverá consolidar a base de geração de conhecimento, a capacidade de ensino, pesquisa e difusão tecnológica, a preparação dos recursos humanos, a política de qualidade, o fortalecimento das cadeias produtivas, o apoio ao registro de patentes e a boa gestão.

Para tanto, necessário se torna necessário reformular o modelo de desenvolvimento para contemplar o incentivo ao empreendedorismo, a inclusão social, uma legislação tributária facilitadora, uma política de incentivos e uma boa oferta de instrumentos de

planejamento e informação, principalmente para os pequenos e médios empreendimentos.

A consecução destes objetivos está condicionada a uma ação integrada para atrair novos empreendimentos e modernizar os existentes, principalmente nos setores considerados estratégicos nas diferentes regiões do estado. A ação de regionalização se constituirá no elemento central para a discussão, a negociação e a implantação da nova política de desenvolvimento sustentável do estado.

Objetivo Estratégico

Incentivar a produtividade, a competitividade e a diversificação do sistema produtivo do Estado, através de cadeias produtivas dinamizadas e integradas, promovendo e fomentando o uso e o aproveitamento eficiente, racional e sustentável dos recursos naturais e ambientais do Pará.

Programas / Ações

- Implementação de um programa inovador para a identificação, avaliação e promoção de novos negócios que explorem as potencialidades regionais, em coordenação com os municípios, às instituições de pesquisa e os setores produtivos.
- Priorizar efetivamente a cadeia produtiva do turismo - hotelaria, gastronomia, artesanato, artes e eventos - por meio do fortalecimento da imagem do Estado, da consolidação e requalificação de destinos, da diversificação de produtos, da promoção, da ampliação da infraestrutura básica e de apoio de turismo, e da captação de investimentos turísticos privados nacionais e estrangeiros.
- Fortalecimento dos micros e pequenos empreendedores através da ampliação do teto do Simples Nacional no Estado, do aumento das linhas de crédito voltadas para empreendimentos de base local e estímulo a participação nas compras governamentais.
- Promover o desenvolvimento do Meio Rural para: aumentar a renda, a produtividade e a competitividade da agropecuária paraense; fortalecer as atividades tradicionais, por meio da introdução de conhecimento e técnicas inovadoras e modernas; e incentivar a verticalização, respeitando as vocações regionais e o zoneamento econômico ecológico.

- Promover o desenvolvimento do setor pesqueiro, visando o aumento da renda, produtividade e competitividade, fortalecendo as atividades da pesca artesanal, promovendo a expansão da piscicultura, e incentivando sua verticalização.
- Priorizar a agricultura comunitária, familiar e solidária, com garantias de qualificação técnica, aumento das linhas de financiamento e garantias de logística de armazenamento e distribuição da produção.
- Promover a dinamização de cadeias produtivas florestais, orientando a organização da produção, a criação e comercialização dos produtos madeireiros e não-madeireiros no Estado do Pará, visando o uso sustentável dos recursos naturais renováveis. A proposta é consolidar alternativas econômicas sustentáveis para o aumento da renda e geração de empregos, comercialização de produtos, fortalecimento de organizações comunitárias e das cadeias produtivas.
- Revisão da política mineral estadual que favoreça destacadamente aos interesses dos paraenses.
- Formular, promover e facilitar, conjuntamente com os demais atores de apoio ao desenvolvimento empresarial na área do comércio, serviços, micro e pequenas empresas e organizações de economia solidária, o acesso a recursos técnicos, humanos, financeiros e de informação nas diferentes etapas do desenvolvimento empresarial.
- Promover políticas públicas diferenciadas em relação a Regiões com piores índices de desenvolvimento, baixa atividade econômica refletida com grandes índices de desemprego.
- Elaboração participativa de Matriz Insumo-Produto por território.
- Levantamento de demandas de consumo popular por território.
- Identificação participativa de aglomerados econômicos e cadeias, potenciais, Arranjos Produtivos Locais (APL), por território.
- Articulação de fluxos econômicos em cadeias e Arranjos Produtivos Locais (APL).
- Articulação dos fluxos econômicos de escala como o mineral e agropecuário entre outros de equivalente envergadura, por exemplo, com economias locais já a partir da estratégia de governança de APL's.

- Identificação participativa de novas oportunidades de negócios, com ênfase nos de alto valor agregado e sustentabilidade socioambiental, tanto a partir da Matriz de demandas locais, quanto regionais, nacionais e até internacionais.
- Desenvolver estratégias de financiamento do desenvolvimento estadual, garantindo recursos próprios, captação de recursos federais e privados, inclusive capitais externos.
- Estimular empreendimentos de economia solidária e economia criativa.
- Garantir política adequada para o desenvolvimento qualificado da economia da mandioca presente em 100% do território, tanto como produção quanto consumo.
- Garantir políticas para o aprimoramento das atividades de comércio e serviços.
- Capacitar e dar assistência aos produtores, apoio na formação de parcerias, cooperativas e associações, estruturação do sistema de comercialização e distribuição dos produtos e estudo de potenciais de mercado.

4.2.3 OS COMPROMISSOS COM O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PARA SUA INCORPORAÇÃO NA BASE SOCIAL E PRODUTIVA DO PARÁ

Contextualização

A base fundamental para se atingir os compromissos previstos nesta proposta está relacionada aos avanços possíveis dentro da modernização do segmento de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará. No mundo atual, caracterizado pela globalização e pelo conhecimento, o desenvolvimento da ciência e tecnologia se constitui em elementos centrais para aumentar a competitividade do Estado e para contribuir no enfrentamento dos problemas sociais. Para isso, deverá mobilizar as instituições públicas e privadas relacionadas com a geração e difusão do conhecimento, tanto no nível estadual como no nacional e internacional. Também, buscará integrar-se de forma ativa à Política Nacional de Ciência e Tecnologia, utilizando recursos próprios e criando novos mecanismos de participação, evitando a duplicação dos esforços existentes. Assim, o foco se concentrará em projetos de alta relevância no aproveitamento das potencialidades e vantagens comparativas regionais e locais.

Objetivo Estratégico

Promover a pesquisa científica aplicada e o desenvolvimento tecnológico para sua incorporação na base produtiva do Estado e o melhoramento das condições de vida de sua população.

Programas / Ações

- Redesenhar a Política Estadual de Ciência e Tecnologia, visando à consolidação do sistema estadual de C&T, a criação de incentivos para investimentos privados em C&T, o desenvolvimento econômico e social e o aproveitamento das potencialidades econômicas, naturais e dos recursos humanos do estado.
- Promover e incentivar as pesquisas científicas e tecnológicas voltadas para a solução de problemas regionais e para a preservação do meio ambiente.
- Promover a criação de núcleos de inovação e aprendizagem tecnológica através das associações empresariais em setores estratégicos da economia paraense.
- Ampliar a criação de polos de desenvolvimento tecnológico-industrial e a implantação de empresas de base tecnológica, a fim de modernizar, diversificar e democratizar a base produtiva do estado.
- Reorganizar e redesenhar as compras governamentais para estimular os empreendimentos locais e a formação de consórcios empresariais, estabelecendo especificações progressivamente exigentes para incentivar o aperfeiçoamento tecnológico das indústrias paraenses e torná-las competitivas em outros mercados.
- Formular programas setoriais de C&T para atender necessidades específicas de geração e transferência de conhecimento nos setores sociais e econômicos, envolvendo as Secretarias de Estado, as universidades, os centros de pesquisa e as organizações da sociedade.
- Estimular o desenvolvimento de projetos de cooperação técnico-científicos com instituições nacionais e estrangeiras para aumentar a capacidade de conhecimentos dos grupos de C&T existentes no Estado.
- Rearticulação do Fórum de Inovação com a criação da Câmara de articulação das Instituições de Ensino Técnico e Superior para promover o alinhamento com as políticas de desenvolvimento econômico e valorizar os profissionais formados no Estado.

4.3. TERRITORIAL E AMBIENTAL: ORIENTAÇÃO PARA A GESTÃO REGIONALIZADA E MEIO AMBIENTE CONSERVADO E ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

4.3.1 O COMPROMISSO COM A INTEGRAÇÃO FÍSICA DO TERRITÓRIO PARAENSE

Contextualização

Dado o tamanho e complexidade físico-geográfica do Pará, a rede atual de transporte, energia e comunicação não permite uma adequada integração das diversas regiões, dificultando o desenvolvimento social e econômico do Estado. A malha rodoviária é insuficiente e mal conservada. Não há uma política para o aproveitamento do potencial hidroviário no Estado e o desenvolvimento do transporte intermodal.

O Pará que é um dos maiores produtores nacionais de energia e que será em um futuro breve, o líder do setor no ranking nacional, ainda apresenta estrangulamentos na oferta de energia em diversas regiões do Estado. O aumento da oferta de energia no Pará é imprescindível para o ciclo do crescimento econômico que se deseja para o Estado. Também não há uma efetiva política para a promoção da integração através dos sistemas modernos de comunicação, como, por exemplo, a Internet.

Atualmente na maioria dos municípios este serviço é precário ou inexistente. Além do mais, o Governo do Estado tem se omitido na discussão com o Governo Federal sobre os grandes projetos de infraestrutura de transporte. Quanto à integração tecnológica no Pará e na região Norte, ainda é incipiente.

Objetivo Estratégico

Fortalecer a integração física das regiões paraenses, para a redução das desigualdades regionais.

Programas/ações

- Planejamento da integração física do Estado baseado em sua capacidade de sustentabilidade ambiental.
- Buscar mecanismos para expandir o sistema de oferta de energia no Estado, seja para o setor produtivo, como também para a população em geral.
- Expandir a integração intermodal: estradas e vias e estimular ao uso do nosso potencial hidroviário.
- Construir e concluir rodovias, ferrovias e portos/hidroviás estratégicos para o crescimento e desenvolvimento do Estado.
- Recuperação, manutenção e melhoria da malha viária, inclusive em relação às estradas vicinais, gerando ganho de produtividade e qualidade para toda a economia.
- Integração tecnológica: infovia - NavegaPará (integração do Estado por meio de sistemas informatizados de alta velocidade) e comunicações.
- Estrutura técnica descentralizada e desconcentrada do Estado nas regiões.

4.3.2 O COMPROMISSO COM A GESTÃO COMPARTILHADA E INTEGRADA DO TERRITÓRIO PARAENSE

Contextualização

Os problemas de desequilíbrios regionais e a necessidade de aumentar a eficiência e a eficácia da ação governamental precisam ser analisados sob diferentes abordagens, tendo em vista a adoção de soluções sustentáveis. Isso requer integrar políticas e programas da esfera estadual, federal e municipal, com ações de interesse da sociedade para uma gestão compartilhada.

Sob a ótica do desenvolvimento sustentável, a gestão do território, baseada na negociação com todos os atores envolvidos no processo, tornou-se essencial ao planejamento e ordenamento espacial.

A gestão do território surge como um importante componente das estratégias de redução da pobreza no Estado, com diminuição das diferenças de renda via criação de condições para o aumento da atividade econômica local, armazenamento e distribuição da produção. São as diferenças espaciais nas dimensões rural-urbana e entre as regiões metropolitanas e não-metropolitanas que induzem o Governo à adoção de uma abordagem que coloca os recortes territoriais como unidade básica de política.

Por sua vez não se pode ignorar que Belém é a cidade primaz e, como tal, a importância do tratamento da Região Metropolitana no âmbito das políticas de desenvolvimento territorial.

Isso faz com que o início de um processo de integração passe pela coordenação regional. As acentuadas diferenças culturais e de níveis de desenvolvimento existentes entre as várias regiões do território estadual sugerem o fortalecimento da coesão econômica e social, tendo como um dos principais vetores de política a gestão integrada e compartilhada do território.

A coesão territorial depende de criação de mecanismos institucionais que contribuam para articular e estimular a cooperação entre os diferentes atores sociais, políticos e econômicos no âmbito regional, bem como para negociar soluções de interesses regionais divergentes. Essas ações, aliadas às políticas que visam à coesão social, devem permitir uma melhor distribuição das oportunidades econômicas e sociais, bem como da elevação dos níveis de qualidade de vida das regiões do Estado.

A atuação desse mecanismo deverá possibilitar a sinergia entre os fatores do desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida; a remoção dos obstáculos que restringem o aproveitamento das potencialidades locais; e a articulação dos atores institucionais que atuam no âmbito local, regional e estadual.

Isso pressupõe uma gestão integrada dos programas estaduais, uma ação articulada com as esferas de governo municipais e federais e a formação de parcerias com atores não governamentais. As políticas necessárias para dar suporte a este compromisso devem incorporar a concepção de uma gestão suficientemente flexível e descentralizada para trabalhar com as diversidades de enfoques regionais e ao mesmo tempo com uma visão estratégica de desenvolvimento territorial com sustentabilidade.

Essa visão evidencia a necessidade de proteger a base física do Estado e a transversalidade que envolve essa questão. Que, por sua vez, coloca o meio ambiente como tema central da gestão do território e as relações dessa temática com as que envolvem o social o econômico e o cultural.

Por outro lado, a visão espacial coloca em destaque a diretriz da descentralização, o que implica o fortalecimento do papel de parceiros como os municípios, a sociedade organizada e a iniciativa privada. Essa visão leva ao conceito

de gestão compartilhada, que se apoia numa ação negociada com os atores envolvidos, visando o ordenamento territorial, expressão espacial das políticas econômica, social, cultural e ecológica.

Dessa forma o Zoneamento Econômico Ecológico em implementação no Estado passa a ter uso nesse planejamento, o qual se torna capaz de otimizar o uso do espaço e a integração de políticas.

Objetivo Estratégico

Reinserir o Pará na agenda nacional de decisões de modo a integrar a agenda do Estado, chegando aos municípios de forma territorializada e participativa.

Programas/ações

- Criação de Unidades de Desenvolvimento Regional, como instrumentos de coordenação entre atores locais e integração com o nível regional e estadual.
- Catalisação das ações governamentais com uma região compartilhada e integrada com a sociedade via programas atuantes na região.
- Elaboração de planos e estudos de áreas de interesse estratégico para o desenvolvimento do Estado.
- Apoio à realização do planejamento regional, com a participação da sociedade, para a promoção do desenvolvimento sustentável das regiões.
- Implementar Políticas Públicas de Integração Regional para fortalecimento da gestão do território paraense, dentre elas a política de Manejo e Preservação Ambiental e a Política de Logística de Transporte – intermodais, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos.

4.3.3. O COMPROMISSO COM O MEIO AMBIENTE PARAENSE

Contextualização

Os conflitos ambientais têm se agravado nos últimos anos em territórios paraenses, intensificando a intervenção Federal no Pará. Por sua vez, o Governo paraense tem se mostrado incapaz de promover a defesa dos interesses do Estado. O setor produtivo, as populações tradicionais e os pequenos produtores são os setores

que mais tem padecido com a lentidão do estado em promover a adequação de seus processos organizacionais para analisar e tomar decisões sobre os impactos causados pela política de embargos municipais do governo federal. Praticamente, 80% do território paraense está sob o domínio Federal.

O Estado não tem uma política efetiva para promover um modelo de desenvolvimento sustentável, reduzindo os impactos no meio ambiente e possibilitando o aproveitamento das potencialidades naturais na geração de emprego e renda para os paraenses.

Objetivo Estratégico.

Promover a preservação e uso sustentável dos recursos naturais do Pará, visando à conciliação das questões econômicas, sociais e ambientais, e o respeito à diversidade dos ecossistemas e às diferentes regiões do Estado.

Programas/ações

- Afirmar uma postura política ativa perante os interesses federais e externos sobre o território paraense, a fim de resgatar a governabilidade do Pará sobre os seus próprios interesses.
- Realizar e promover o ordenamento territorial e a regularização fundiária com a participação efetiva da classe produtiva, dos movimentos sociais e em articulação com o Governo Federal e os municípios, com o propósito de garantir os direitos de propriedade e sua função social.
- Fortalecer o aparato institucional e reestruturar a base legal através do redesenho e modernização dos órgãos e políticas estaduais relacionados às questões tributárias, fundiárias, ambientais, minerais, industriais e agropecuárias.
- Promover a implantação onde necessário e a total implementação do zoneamento econômico ecológico do Estado com o propósito de promover o ordenamento territorial através da definição das áreas que devem ser preservadas e aquelas que podem ser exploradas sustentavelmente de acordo com suas potencialidades, vocações e necessidades regionais.
- Aperfeiçoar e fortalecer o sistema de licenciamento, planejamento, fiscalização e controle ambiental, assumindo a gestão ambiental no Estado que lhe cabe e apoiando a

descentralização da gestão ambiental nos municípios e a desconcentração das ações ambientais do governo federal.

- Fortalecer a participação e do controle social na gestão ambiental no Estado.
- Rever a Política Florestal Estadual possibilitando o desenvolvimento desse setor produtivo no Pará de forma a que o Estado tenha a real gestão dos seus recursos florestais.
- Promover a dinamização de cadeias produtivas florestais, orientando a organização da produção, a criação e comercialização dos produtos madeireiros e não-madeireiros no Estado do Pará, visando o uso sustentável dos recursos naturais renováveis. A proposta é consolidar alternativas econômicas sustentáveis para o aumento da renda e geração de empregos, comercialização de produtos, fortalecimento de organizações comunitárias e das cadeias produtivas.
- Rever a Política Mineral Estadual permitindo o desenvolvimento do setor produtivo mineral do Pará de forma a preservar o meio ambiente.

4.4. GOVERNANÇA- SOBERANIA ESTADUAL CONDUZINDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PARÁ, PRIVILEGIANDO A COOPERAÇÃO E AS PARCERIAS, ENTRE OS DIVERSOS PODERES E AS INSTÂNCIAS DE GOVERNO FEDERAL E MUNICIPAIS.

O compromisso pela renovação da política paraense passa por uma aliança com a sociedade, trabalhadores, e representação política do Pará. A Coligação “**TODOS PELO PARÁ**” será o indutor de modernização pública do Estado e das estruturas políticas. Nesse momento histórico estaremos à frente da reforma política exigida pela sociedade.

No Pará, nossa Coligação ensejará um amplo movimento de modernização das práticas políticas, fazendo com que essas passem a representar os interesses da população como um todo. Para tanto há que se enfrentar e modificar as estruturas arcaicas de poder que aí está há cerca de 20 anos.

A oxigenação dessas práticas políticas exige a participação da sociedade e de seus movimentos representativos, de forma democrática, participativa e atuante. Esta

reforma necessita da criação de novos canais de participação, transparência e controle social, meta e objetivo desta proposta de governo.

4.4.1 O COMPROMISSO COM A IMPLANTAÇÃO DE UM NOVO MODELO DE GOVERNO PARA O ESTADO DO PARÁ.

Contextualização

Em nosso entendimento, um novo modelo de governo implica, entre outras providências, transformar e modernizar as práticas políticas, o que, por sua vez, acarreta a implantação de um governo voltado para o cidadão. Em síntese, tal governo nada mais é que a construção de uma renovada relação entre o governo, a comunidade e as organizações da sociedade. Uma relação que potencializará a capacidade de governo dessa própria; uma relação que se fundamenta nas alianças entre a administração estadual, federal, os municípios e as organizações sociais e produtivas, para que juntos enfrentem os grandes desafios que a realidade atual e o futuro colocam.

O Governo será feito por todos aqueles que queiram contribuir com o estabelecimento de uma nova sociedade paraense mais igualitária e com mais justiça social, por todos aqueles que queiram ceder parte de seus interesses individuais na busca do bem-estar coletivo. Assim, o cidadão não só se preocupa com a exigência de seus direitos, mas também se envolve nos assuntos de interesse geral, através da discussão, tomada de decisões e na gestão coletiva.

A modernização vai estar orientada a redefinir a missão do Estado para a promoção da equidade e justiça social. Da mesma forma, será redefinido o modelo institucional com o fim de criar uma organização flexível, moderna e descentralizada, dirigida aos problemas sociais, na qual os funcionários sejam reconhecidos e sejam criadas as condições para a implantação de uma cultura gerencial de prestação de serviços que rompa as ataduras dos modelos burocráticos.

Objetivos Estratégicos

Criar as condições para a maturação política da base econômica e social, capaz de eliminar a divisão excludente entre governantes-governados e fortalecer a relação

governantes-governantes, isto é criar uma rede de governos em cada organização, produtivas, comunitárias e da sociedade deste Estado.

Programas / Ações:

- Elaborar Plano Estratégico de Desenvolvimento para o Estado do Pará (30 anos), com a participação social.
- Elaborar plano estratégico institucional para o governo estadual (quatro anos).
- Adotar Gestão por Resultados com definições de metas e prazos.
- Adequar à estrutura organizacional ao plano estratégico.
- Adequar os recursos humanos para o enfrentamento dos novos desafios, através de uma política efetiva de gestão do conhecimento.
- Adequar os processos organizacionais do governo do Estado, implantando a meritocracia, considerando critérios de eficácia, eficiência, efetividade e transparência.
- Implantar um sistema de monitoramento, controle e avaliação permanente da gestão pública.

4.4.2 O COMPROMISSO COM A INTEGRAÇÃO POLÍTICA DO TERRITÓRIO PARAENSE

Contextualização

Implantar um novo modelo político comprometido com a transformação da sociedade para gerar condições de governabilidade que comprometam tanto o Estado quanto a sociedade. De um lado, o Estado afirmando sua legitimidade mediante sua presença, eficiência e transparência; de outro, a sociedade paraense convocada a participar e a co-responsabilizar-se em torno da construção de um projeto que seja expressão dos interesses de todos.

Objetivo Estratégico

Integrar e articular politicamente o Pará de forma a resgatar sua importância no contexto amazônico e nacional possibilitando que cada região seja planejada, administrada e gerida de conformidade com suas características econômico, social e cultural.

Programas /Ações

- Resgatar a expressão e representação política do Pará no contexto amazônico, nacional e global.
- Reconhecer e garantir a participação e representação política dos diferentes interesses econômicos e sociais das diferentes regiões do Estado.
- Dirigir a orientação estratégica do Estado para a construção do capital social, garantindo a coesão cidadã e criando as condições para o desenvolvimento harmônico como o grande propósito, baseado no respeito ao outro, na inclusão, na solidariedade e na equidade.
 - Implementar uma nova estrutura de Estado que contemple um novo desenho organizativo, descentralizado, desconcentrado, moderno e aberto à participação social, um novo modo de gestão que abranja o controle, a avaliação e a participação social.
 - Implementar novas práticas de trabalho baseadas nos avanços das ciências e técnicas de governo.
 - Modernização do Estado visando à estruturação de uma máquina pública que realmente oriente o desenvolvimento do Estado, em bases modernas e integrada ao mundo globalizado, com a participação da inteligência e competência técnica profissional, identificando talentos que possam agregar valor a administração pública estadual.
 - Convocar a sociedade a participar da gestão pública do Estado, implantando um novo modelo de gestão que respeite as peculiaridades regionais, dando às regiões a participação na definição de seu próprio desenvolvimento.
 - Integração política através dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, e orçamento regionalizado.

4.4.3. O COMPROMISSO COM FUNCIONALISMO PÚBLICO PARAENSE

Contextualização

Todos os compromissos aqui enumerados serão realizados com os funcionários públicos do Estado do Pará sendo parceiros da gestão, no enfrentamento dos graves problemas sociais, econômicos e culturais. Para tanto, a Coligação “**TODOS PELO PARÁ**” resgatará a valorização do funcionalismo público e sua parceria com este para levar o Pará ao desenvolvimento.

Objetivo Estratégico

Valorizar o servidor público como ator importante de um novo modelo político-administrativo comprometido com a transformação da sociedade para gerar condições de governabilidade que comprometam tanto o Estado quanto a sociedade. O Estado procurando sua legitimidade mediante efetiva presença, eficiência e a transparência e a sociedade paraense convocada a participar e a co-responsabilizar-se em torno da construção de um projeto de Estado que seja expressão dos interesses de todos, tendo o funcionário público como elemento catalisador desse processo.

Programas/Ações

- Resgatar o respeito e a autoestima do servidor público paraense, garantindo ambiente profissional adequado.
- Implantar qualidade na oferta de serviços de assistências médica e previdenciária.
- Apoiar os funcionários no desenho de uma nova estrutura organizacional, moderna, eficiente, ética, profissional e voltada aos interesses do Estado e da Lei.
- Redesenhar a gestão de pessoas no Estado, modernizando-a e adequando-a as novas necessidades contidas em nosso programa de governo.
- Apoiar e respeitar as representações sindicais dos servidores, estabelecendo mecanismos de permanente diálogo, primando pela relação respeitosa e transparente.
- Criar programas massivos de capacitação e treinamento para os funcionários, de forma a torná-los mais aptos às novas necessidades tecnológicas e organizacionais do Estado.

- Apoiar a profissionalização das categorias implementando e respeitando seus planos de cargos e carreira.
- Criação de um programa de estímulo à interiorização de funcionários públicos, que lhes garanta condições de trabalho, atualização e crescimento profissional.
- Promoção de concursos públicos para atualizar os quadros de pessoal e regularizar as diferentes situações funcionais.

